

## Lex

ASSESSORIA JURÍDICA

# Crise pandémica leva empresas a navegar à vista

**Assessores jurídicos de empresas dizem que para os clientes o maior problema é a incerteza sobre a evolução da crise pandémica, o que está longe de ser bom para criar confiança e gerar investimento.**

JOÃO MALTEZ  
jmaltez@negocios.pt

**N**um contexto de crise como a que vivemos, que expectativas têm os clientes das sociedades de advogados mais vocacionadas para o apoio às empresas sobre a evolução da economia na segunda metade do ano? As perspetivas não são, para já, as melhores. A incerteza em torno da duração do estado de anormalidade está longe de gerar confiança, sendo que há mesmo quem admita que no segundo semestre de 2020 o impacto económico da crise pandémica será substancialmente mais profundo. Navegar à vista é agora a palavra de ordem.

“Com o País a enfrentar uma recessão violenta em 2020, de perto de 10% e uma recuperação de 3% em 2021, as intenções de investimento das empresas são claramente uma das variáveis mais afetadas. O turismo e as exportações são dois motores essenciais do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e 2020 é um ano perdido pelo que, neste cenário, diria que a expressão que melhor se aplica é ‘navegar à vista’”, considera Bruno Ferreira, co-managing partner da PLMJ.

Idêntica é a perspetiva de Tomás Vaz Pinto, sócio e coordenador da área de societário da Moraes Leitão. Segundo este advogado, “nota-se muita preocupação das empresas relativamente ao futuro mais próximo, sendo que o principal problema tem ainda a ver com a incerteza e com a duração do estado de anormalidade, o que não é bom para o investimento e para a confiança”.

Também Duarte de Athayde, managing partner da Abreu Ad-



Alexandre Azevedo

O setor do turismo está entre os mais penalizados pela crise económica que a pandemia de covid-19 desencadeou a nível mundial.

vogados, afina pelo mesmo diapasão, quando refere que para este segundo semestre do ano a perspetiva transmitida pelos clientes da sua sociedade “é de que, na segunda metade do ano, o impacto económico da crise pandémica

**Apesar da crise, a advocacia mais vocacionada para apoiar as empresas continuaram a contar com trabalho.**

será substancialmente mais profundo”. Poderão estar em causa, nomeadamente, refere o mesmo interlocutor, “congelamentos da contratação de novos funcionários, atrasos nos pagamentos, perda de rendimento e eventuais despedimentos”.

Duarte de Athayde adianta, contudo, que “existe a esperança de que a recuperação seja mais rápida do que foi na crise do subprime, principalmente pelo facto de estar a ser percecionada por todos os países, dos mais ricos aos mais pobres, e estarem a ser tomadas medidas transversais”.

Na mesma ótica positiva, Pedro Melo, sublinha que “após um período inicial em que se sentia

bastante ansiedade, é já visível um incremento da confiança, ainda que comedido”. De alguma forma, “sendo ou não um ‘wishful thinking’, as pessoas começam a pensar que o pior já passou e que não voltaremos a ter um ‘shutdown’ generalizado da economia”, sublinha o sócio da Miranda.

**Crise não retira trabalho a advogados**

Pese embora as muitas reticências colocadas em torno da evolução da crise, alguns setores da economia não pararam. Foi isso que sucedeu, de resto, com as sociedades de advogados mais direcionadas para o apoio às empresas. “No que

## Pacote europeu pode ajudar no desempate entre receio e confiança



**Com o País a enfrentar uma recessão violenta em 2020, de perto de 10% e uma recuperação de 3% em 2021, as intenções de investimento das empresas são claramente uma das variáveis mais afetadas.**

**BRUNO FERREIRA**  
Co-líder da PLMJ

De um lado a apreensão em torno do aumento do desemprego e do tempo que vão durar os apoios do Estado. Do outro, o interesse que os investidores estrangeiros continuam a ter em Portugal. Na escolha entre receios e motivos de confiança, o pacote europeu de 45 mil milhões de euros pode ajudar ao desempate.

O advogado Bruno Ferreira, co-managing partner da PLMJ, sublinha que os maiores receios dos clientes da sociedade, "em particular os nacionais, são claramente o desemprego, a quebra na procura e a falta de mercados para escoar produção".

Ainda assim, vê sinais de confiança no longo-prazo, já que "começam a sentir-se sinais no investimento imobiliário, M&A e alguns setores que estão a mexer mais, como o da energia".

Apesar de reconhecer que há apreensão em torno do período de tempo pelo qual se estenderão os apoios às empresas por parte do Estado e também do desemprego, Tomás Vaz Pinto, sócio e coordenador do departamento de corporate da Morais Leitão, diz que há indicadores que são positivos. "Desde logo, muitos investidores estrangeiros continuam a apostar em Portugal e a prova disso é o número

considerável de concorrentes aos vários negócios que estão de momento pendentes, nomeadamente no setor das infraestruturas, transportes, energia", frisa.

Para Pedro Melo, sócio da Miranda, "no que respeita aos próximos tempos, é evidente que os 45 mil milhões de euros que o País irá, em princípio, receber de fundos comunitários, criam um cenário mais auspicioso para o relançamento económico".

Nesse sentido, adianta o mesmo advogado, espera-se que "esse dinheiro, que corresponde a quase 25% do nosso PIB, não seja gasto em despesa corrente e sirva para investimentos, desi-

gnadamente, na reindustrialização do país, na modernização da ferrovia (de passageiros e carga) e na construção de novas unidades hospitalares".

Duarte de Athayde, líder da Abreu Advogados, acredita que é possível acreditar numa verdadeira recuperação "se os fundos disponibilizados forem verdadeiramente aplicados na modernização e na inovação".

Em sua opinião, "a aposta na fiscalidade das empresas pode ser um bom acelerador desta recuperação aliando os benefícios fiscais às empresas com a promoção de políticas de emprego e de sustentabilidade". ■



**Os 45 mil milhões de euros que o País irá, em princípio, receber de fundos comunitários, criam um cenário mais auspicioso.**



**PEDRO MELO**  
Advogado, sócio da Miranda & Associados



**Podemos acreditar numa verdadeira recuperação se os fundos forem aplicados na modernização e na inovação.**



**DUARTE DE ATHAYDE**  
Advogado, managing partner da Abreu Advogados



**Começam a sentir-se sinais no investimento imobiliário, M&A e alguns setores que estão a mexer mais, como o da Energia.**



**BRUNO FERREIRA**  
Advogado, co-managing partner da PLMJ



**Muitos investidores estrangeiros continuam a apostar em Portugal. Isso [...] pode levar outras empresas a investir no País.**



**TOMÁS VAZ PINTO**  
Advogado, sócio da Morais Leitão

toca ao mercado da advocacia, não notámos ainda um decréscimo da atividade e temos mantido um volume bastante satisfatório de trabalho", frisa o advogado Tomás Vaz Pinto.

"Mesmo no período mais negro, usando um plebeísmo, diria que a vida continuou, e concluímos várias transações importantes que estavam em curso [...]. Mesmo durante esse período mais incerto, surgiram novos projetos, sobretudo nas áreas das infraestruturas, da energia e dos transportes, que estamos agora a ultimar. Na verdade, o cenário negativo que se prefigurou não se concretizou, felizmente", sublinha Pedro Melo. ■